

**UMA IMAGEM PARA A REPÚBLICA: INTERVENÇÕES PÚBLICAS NA
CIDADE DE VITÓRIA, 1892-1896**

Jadir Peçanha Rostoldo* -PPG-USP/NOVO MILÊNIO

INTRODUÇÃO

A construção do espaço urbano resulta de diversas transformações sociais, que são frutos de múltiplas variáveis. Uma dessas variáveis é a atuação do poder do Estado que, com a Proclamação da República em 1889, sofreu consideráveis mudanças. Com a República, o poder político se dividiu entre as elites regionais, ao contrário do centralismo do Império, os novos Estados da federação ganharam maior autonomia política e administrativa: passaram a escolher seus representantes, constituírem forças policiais, arrecadar impostos e decidir gastos de acordo com suas necessidades. Nesse contexto, a República também promoveu mudanças no Estado do Espírito Santo, dando início a um processo de remodelação das cidades, com maior intensidade na capital, que ganhou aspecto de centro urbano, perdendo parte de suas características coloniais.

O objetivo deste trabalho é identificar as intervenções no espaço urbano da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, pelo primeiro governo estadual republicano. Vamos analisar as ações do poder público, entre 1892-1896, por meio do discurso de posse do Presidente do Estado (1892), José de Mello Carvalho Moniz Freire, das mensagens do Presidente ao Congresso Legislativo Estadual (1893 a 1895), e do relatório final de governo (1896). Uma breve caracterização da cidade e do seu perfil será realizada a partir de uma revisão bibliográfica. As intervenções urbanas, no período, serão catalogadas e descritas. Nos propomos a analisar a relação entre as ações do governo sobre o espaço urbano e o novo regime político, procurando entender as reais intenções das ações. Esse trabalho está inserido dentro de um projeto de doutorado (FFLCH/USP) que tem como objetivo maior analisar a cidade de Vitória na Primeira República, levantando suas particularidades, tendo como fio condutor as ações do poder estatal sobre o espaço urbano e seu relacionamento com a sociedade.

CARACTERÍSTICAS DA CIDADE NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Nessa seção, vamos traçar um perfil de Vitória a partir de três obras de referência sobre a cidade: *Biografia de uma Ilha*, de Luiz Serafim Derenzi (1965); *Vitória – trajetórias de uma cidade*, organizada por João Gualberto M. Vasconcellos (1993); e *O novo arrabalde*, de Carlos Teixeira de Campos Júnior (1996).

Vitória se tornou cidade pela Lei de 17 de março de 1823¹, apresentando naturalmente os aspectos típicos de uma cidade colonial portuguesa: arruamentos estreitos e desencontrados, arquitetura própria e sobrados desproporcionais. Seu primeiro governador municipal republicano foi Cleto Nunes, que em 1893 era presidente do Conselho Municipal. Esse Conselho foi o responsável por elaborar a primeira legislação municipal, o Código de Posturas, que normatizava, entre outras coisas, a obrigatoriedade de plantas com determinadas exigências para o licenciamento de obras, a organização do serviço de limpeza pública e da coleta domiciliar de lixo, o saneamento de valas e banhados, a fiscalização de construções civis, a proteção das matas da cidade e promovia a abertura de novos bairros. Foram as primeiras ações de intervenção do poder público republicano no espaço urbano da capital.

No início do governo estadual de José de Melo Carvalho Muniz Freire (1892-1896) a cidade de Vitória, era desordenada e com quase nenhuma infra-estrutura. Apoiado na alta do preço do café, Muniz Freire elaborou um programa audacioso, que objetivava atender aos anseios da população, principalmente a partir do saneamento da cidade e da construção de vias de comunicação. O governo também se preocupou com a expansão da cidade, contratando o engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, para estudos e construção de um Novo Arrabalde nas praias do norte da ilha. Para Derenzi (1965), essa preocupação estava ligada à urbanização da cidade e suas necessidades futuras. Os resultados do projeto público estadual não foram alcançados totalmente, mas provocaram significativas mudanças na capital, demarcando um importante período da história da urbanização de Vitória.

O livro organizado por Vasconcellos² reúne o resultado de uma pesquisa sobre a identidade cultural de Vitória, e representa o primeiro estudo amplo sobre a cidade desde que, em 1965, Luiz Serafim Derenzi lançou *Biografia de uma ilha*. O objetivo foi estudar uma cidade de estrutura colonial e verificar seu processo de modernização, no passar dos anos.

Numa perspectiva histórica, a concepção e idéia de cidade, para Vitória, surgiram com o advento da República no governo de Muniz Freire. O primeiro presidente republicano do Espírito Santo preparou um plano de governo, que pretendia fazer de Vitória um centro econômico capaz de fomentar e dirigir o desenvolvimento do Estado. No entanto, no olhar de Vasconcelos³, essa idéia só se tornou realidade no Governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), quando a cidade foi equipada com serviços públicos até então inexistentes, principalmente com o início da construção das obras do porto. O porto, que conferiu a cidade a função de articuladora do comércio da produção agrícola, elevou Vitória a condição efetiva de capital e centro irradiador de poder. A modernização da cidade se concretizou na década de 1920, na gestão do presidente Florentino Ávidos (1924-1928), que traçou as diretrizes para projetar e construir a cidade enquanto esteve a frente do Serviço de Melhoramentos de Vitória, no governo anterior.

Campos Júnior⁴ realizou um estudo sobre a urbanização de Vitória, delimitando sua análise às razões e conseqüências do Novo Arrabalde, um projeto para expansão urbana de Vitória do governo Muniz Freire que demarcou o espaço urbano atual de muitos bairros da cidade. Teve como objetivo investigar o porque do papel exercido pelo governo do Estado intervindo na capital por meio da promoção de loteamentos. O governo Muniz Freire foi o primeiro a intervir de forma relevante na Capital, em busca de mudanças em sua estrutura urbana. Seu plano de governo visava atrair e centralizar capitais privados em Vitória, dirigidos ao comércio, e seu projeto do Novo Arrabalde pode ser considerado a primeira intervenção planejada na cidade. Vitória deveria se tornar o centro comercial do Estado e vetor de seu desenvolvimento.

INTERVENÇÕES URBANAS: A AÇÃO DO PODER ESTATAL

E sua mensagem ao Congresso, de 1894⁵, o Presidente afirmava que Vitória estava destinada a ser uma grande cidade, porém suas condições topográficas não permitiam aparelha-la para seu destino sem vultosos gastos. Apesar das qualidades de sua baía, os homens construíram uma cidade irregular e sem nenhum atrativo. Segundo ele estava tudo por se fazer, não só para melhorar as condições atuais, mas para preparar os caminhos do desenvolvimento. A cidade não possuía regularmente organizado nenhum dos serviços necessários a vida de uma cidade populosa, e o seu porto, apesar da importância atual, necessitava de muitas melhorias para atender sua demanda comercial futura. Moniz Freire solicitou apoio ao Congresso, por meio de habilitação de recursos para início de algumas obras, acreditando que o Estado é importante como válvula propulsora dos projetos, que no futuro poderão ser assumidas pela iniciativa privada.

No seu relatório final⁶, de 1896, Moniz Freire relata todas as ações implementadas em busca de adaptar Vitória a sua nova realidade. O primeiro empenho do governo, seu “programma capital”, foi regularizar os projetos de vias férreas no Estado, estabelecendo um plano bem orientado que assegurasse a execução das obras. Pela resolução n. 33 e decreto n. 22, de 14.03.1893, Moniz Freire instituiu o projeto da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, obra que teria como comandante direto o Estado. Ela se dividia em dois troncos: Vitória a Matilde e Matilde a Cachoeiro. Esse projeto concentrou todas as energias e preocupações do governo, que depositava nele “todo o futuro do Espírito-Santo.” Essa obra se enquadrava dentro do objetivo de transformar Vitória em um grande centro populoso e comercial, o que seria essencial para o desenvolvimento do Estado. Destacamos a seguir outras intervenções estatais no espaço urbano da cidade, visando atingir seus objetivos:

a) Quartel da Polícia e Cadeia Pública:

Motivo: “A força alojava-se toda em um barracão térreo, alugado pelo Estado, em uma rua estreita do centro da cidade, e o estado-maior do corpo funcionava em uma outra extremidade da mesma rua, também em prédio alugado. Não havia ordem, nem disciplina, nem segurança, nem fiscalização; dormitório, refeitório, arrecadações, prisões, tudo estava

acumulado quasi que n'um só salão aberto, onde soldados, companhia, inferiores e officiaes se misturavam e se confundiam.”

Cadeia Pública: não estava prevista na obra original, porém, aproveitando o estouro do orçamento com a elevação das despesas da obra original, o Presidente solicitou uma modificação do projeto, aproveitando parte do edifício para a cadeia.

Motivo: inúmeras solicitações da sociedade – imprensa, Assembléia da província, tribuna forense e relatórios dos Presidentes do Estádio. “Os aposentos da velha cadeia eram um verdadeiro attentado contra a lei, contra a hygiene, contra a vida dos pacientes e contra o próprio decoro social; eram accumulações de seres vivos privados pela lei da liberdade, e privados, pelo desamor do poder publico, da luz e do ar, em espaços acanhados, humidos e escuros, na promiscuidade vergonhosa de todas as funções vegetativas.”

Resultado: atendimento de duas necessidades imperiosas e inadiáveis.

Situação atual: corpo de polícia instalado em um ótimo prédio próprio, e a cadeia pública reúne as condições de hygiene, capacidade e segurança necessárias.

b) Theatro:

Motivo: um beneficio social inexistente, que afeta diretamente a educação estética e as condições de existência das classes operosas.

Responsável: o projeto ficou sob a responsabilidade do diretor de obras e empreendimentos, Dr. Filinto Santoro, que deveria pensar em uma construção elegante, mas barata e rápida.

Características: edifício mais belo de Vitória e um dos teatros mais bonitos e mais completos do país. Construção externa de madeira, conciliando a simplicidade com a estética; as condições de solidez e durabilidade são excelentes; e sua capacidade está acima da necessidade atual. Primeiro edifício do ES iluminado por luz elétrica.

Nome: Melpomene

c) Hospital de Caridade

Projeto: executado pelo engenheiro Dr. Filinto Santoro. Segundo Moniz Freire essa obra poderia ser reconhecida no país como uma das primeiras a subordinar a arte estética a arte

técnica, devido as condições arquitetônicas, pelo aspecto geral, pelo conjunto de todos os detalhes de higiene, relativos a distribuição de luz, renovação do ar, dimensões de aposentos, asseio e policia.

Situação da obra: os alicerces já estão prontos. O corpo central já esta levantado, compreendendo duas enfermarias e cozinhas, dois pavilhões para residência de empregados já estão quase concluídos.

d) Iluminação Pública

Situação anterior: no início do governo a iluminação a gás da capital era inferior a de azeite de mamona de vinte anos atrás.

Contrato para restauração do serviço: celebrado em 11.02.1893, com a empresa Domingos da Costa Madeira, e declarado extinto em 03.01.1895, por falta de cumprimento pela empresa.

Novo contrato: celebrado em 20.06.1895, com o Barão de Sampaio Vianna, engenheiro Paula Pessoa e G. S. Coakes.

Situação atual: o contrato venceu, mas por ter provas de que a empresa cumpriria o mesmo, o prazo para inauguração do serviço foi prorrogado até meados de 1897, com o fim das obras definido para dezembro do mesmo ano. O governo acredita que essa obra resolverá todos os problemas de iluminação pública da capital, oferecendo um serviço digno a população.

e) Abastecimento de Água e Serviços de Esgoto

Primeiro contrato: formalizado em 1890 com a Companhia Brasileira Torrens, que englobava os serviços de suprimento de água potável, esgoto, construções prediais, aterro do Campinho (atual parque Moscoso) e uma linha de ferro carril.

Novo contrato: formalizado em 07.07.1894 após longo estudo de viabilidade. Ao mesmo tempo em que garantia os interesses públicos, assegurava ótimas vantagens a Cia, como a possibilidade de lucro líquido de 8 a 10% no primeiro ano. A Cia demonstrava confiança e estava motivada.

Quebra do contrato: apesar das várias ações e tentativas para ajudar a Cia a cumprir o contrato, ela não conseguiu concluí-lo.

Nova prorrogação: sabedor de que a empresa pretendia passar todos os seus contratos para uma outra, com mais condições, o governo autorizou uma nova prorrogação do contrato até o final de 1896, mas totalmente descrente de que seria possível solucionar o impasse.

Situação atual: a capital ainda não conta com um serviço digno e permanente de abastecimento de água e esgotos, devendo o problema ser atenuado por ações do governo municipal até que as obras sejam concluídas.

f) Hospital de Isolamento

Motivo: o isolamento se fazia em um prédio situado a três quilômetros de Vitória, em um sítio chamado de Santo Antônio, que não satisfazia as necessidades mais elementares: pequeno espaço e falta de equipamentos.

Novo hospital: capacidade para 80 a 100 leitos, obedece a todos os preceitos da boa higiene e detém dependências necessárias ao serviço completo desse gênero.

g) Projeto do Novo Bairro

Objetivo: identificar espaços na própria ilha passíveis de ocupação pela população. Foram escolhidas as planícies ao nordeste da ilha (atualmente a Praia do Canto), por se localizarem “em sítio ameníssimo, rasgadas sobre o estuário da Bahia, e gosando do mais bello panorama que ha em todos os nossos arredores.”

Serviços a serem desenvolvidos para transformar a grande área, cinco ou seis vezes maior do que a cidade atual, em um bairro saudável e convidativo: conclusão e ampliação da estrada, construção de uma linha de ferro-carril, nivelamento das planícies, aterro do braço de mangue que fica entre elas e os morros, construção de um cais, drenagem do subsolo para esgotamento do lençol de água e uma larga plantação de eucalipto ao longo e nas margens da estrada, assim como nos aterros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todas as mensagens enviadas pelo Presidente ao Congresso, esta claramente descrita sua defesa da nova ordem política. Na mensagem de 1894, ele faz uma defesa contundente da República, citando o Estado como um exemplo dos novos tempos políticos do país: “Todos os patriotas apontão-nos como um exemplo a ser imitado; os espíritos republicanos mais eminentes sentem orgulho em citar-nos como a prova pratica do que valem as novas instituições professadas com intelligencia e com lealdade; chegamos a ser no meio das tempestades da Pátria uma flâmula de esperança e um argumento vivo contra os incrédulos. Não é sobre nós mas sobre o Estado que se reflectem essas homenagens honorrissimas; saibamos não desmerecer-as em tempo algum, governantes e governados, tornando-nos cada vez mais devotados ao estado e á Republica.”

A partir da exposição acima, e de tantas outras espalhadas pelos documentos analisados, fica claro que o governo se movimentava na direção de fortalecer os preceitos republicanos. Destacamos aqui que um dos focos de suas ações era aparelhar a cidade de Vitória para os novos tempos, fazendo dela uma imagem da República. Nesse sentido as intervenções urbanas foram fundamentais, e o governo usou dessa atividade largamente. Em um segundo momento vamos analisar o papel que a sociedade desempenhou nesse processo, que nível de influência exerceu sobre o poder estatal, objetivando construir um entendimento mais amplo sobre cidade e seu espaço urbano.

* Historiador, Mestre em Economia, Doutorando em História Social pela FFLCH/USP. Professor IES Novo Milênio.

¹ DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

² VASCONCELLOS, João Gualberto M. (org.). **Vitória – trajetórias de uma cidade**. Vitória: IHGES, 1993a.

³ VASCONCELLOS, João Gualberto M. A construção dos imaginários de Vitória. In: VASCONCELLOS, João Gualberto M. (org.). **Vitória – trajetórias de uma cidade**. Vitória: IHGES, 1993b. p. 19-40.

⁴ CAMPOS JÚNIOR, Carlos T. de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, 1996.

⁵ MONIZ FREIRE, José de M. C. Mensagem ao Congresso. Victoria: Typografia do Estado do Espírito-Santo, 1894.

⁶ MONIZ FREIRE, José de M. C. Relatório. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896.